

# RECOMENDAÇÕES GLOBAIS PARA A REFORMA CURRICULAR

## Principais autores

Emilia Potenza, Curator of the Apartheid Museum, Johannesburg & Professor Brahm Fleisch, University of the Witwatersrand with Professor Steven Robins, University of Stellenbosch

Existem alguns insights importantes na literatura acadêmica que precisam ser considerados antes de formular recomendações de políticas para a reforma curricular. Bellino et al (2017) fornecem algumas observações importantes. Embora a maioria dos ativistas no espaço da justiça transicional conceba a educação, formal, informal e não formal como um veículo para alcançar a justiça transicional, a educação tem "duas faces". É um espaço de injustiça, desigualdade, violência, atrocidades e supressão cultural, tanto quanto é um local de direitos humanos e de movimento pela justiça social.

Bellino e seus colegas apresentam dois outros pontos importantes. Em primeiro lugar, precisamos nos concentrar não apenas na reforma curricular, mas também nas estruturas e culturas institucionais, quando pensamos no potencial da educação em ser um agente da justiça transicional. Em segundo lugar, o foco da educação como agente de justiça transicional deve ser ao nível da sala de aula, com o professor, e não ao nível da política nacional. "As políticas educacionais e os currículos padronizados dependem das interpretações sobre o currículo da parte dos professores em sala de aula, bem como de suas capacidades e de seu desejo de aplicar, adaptar e resistir a tais políticas." (p. 321). Além disso, os professores não estão livres do impacto do trauma nacional e têm opiniões fortes. Eles também podem preferir não lidar com conteúdos relacionados a conflitos, especialmente se os alunos nas salas de aula têm posições e histórias variadas.

Os 18 estudos de caso sobre reforma curricular e justiça transicional destacam as várias abordagens adotadas em diferentes sociedades e demonstram o valor de aprender com uma ampla gama de experiências. Eles apresentam muitas ideias que podem ser compartilhadas em diferentes geografias, desde que o contexto seja devidamente levado em consideração.

## Recomendação 1

### AVALIAR O AMBIENTE MAIS AMPLO PARA ESCOLHER A JORNADA DE MUDANÇA APROPRIADA

A evidência dos 18 estudos de caso mostra claramente que há múltiplas jornadas de mudança ou caminhos de reforma exclusivos para incorporar a justiça transicional no currículo escolar ou fazer outras intervenções menos formais. Não existem dois contextos idênticos. Em alguns casos, o ambiente mais amplo está aberto e pronto para mudanças substanciais e rápidas. Em outros casos, existe uma resistência considerável à mudança ou a outros fatores que devem ser levados em consideração. Em alguns países, o estado segue uma agenda que atenua as ideias de justiça transicional e torna a reforma curricular muito difícil.

**Algumas das perguntas que devem ser feitas para determinar o caminho mais adequado incluem:**

- A política de estado cria o espaço para a reforma curricular e o ambiente político promove a visão da justiça transicional?

- Existem recursos adequados para apoiar a reforma curricular, incluindo treinamento de professores, livros ou outros materiais de aprendizagem, materiais online e recursos audiovisuais?
- As comunidades escolares como um todo, incluindo grupos de pais, apoiam novas abordagens?
- A comunidade mais ampla, incluindo membros da família de gerações mais velhas ou sobreviventes, pode ser trazida para a sala de aula por meio de atividades como entrevistas ou visitas à escola?
- Os professores estão abertos para aprender e ensinar o material relevante, e estão dispostos e são capazes de lidar com conversas difíceis ou questões controversas que possam surgir?
- Os ativistas e líderes de atividades co-curriculares são capazes de cooperar com instituições estatais, ou eles se defrontam a um ambiente mais hostil?
- Os programas de justiça transicional podem colocar os alunos em conflito uns com os outros? E, em caso afirmativo, como os professores serão preparados/treinados para responder a este conflito?
- Há espaço para o treinamento focado de facilitadores de jovens, combinado com a implementação de programas de educação entre pares?
- Quanto consenso existe na sociedade sobre como entender o contexto histórico?

Em vez de adotar uma abordagem de "tamanho único", os defensores da justiça transicional precisam avaliar a abordagem mais adequada.

## Recomendação 2

**BUSCAR MUDANÇAS CURRICULARES FORMAIS, MAS COMPREENDER OS LIMITES E DESAFIOS DESTE PROCESSO**

Mudanças no currículo formal são poderosas, mas desafiadoras. O currículo escolar pode ser uma ferramenta muito importante nas circunstâncias certas, e vale a pena buscar mudanças no currículo, mesmo quando há obstáculos.

- Frequentemente, é difícil convencer legisladores e formuladores de políticas a fazer mudanças formais no currículo oficial, mas vimos em várias experiências de países que a ausência de tais mudanças torna a agenda da justiça transicional muito mais difícil.
- O currículo formal pode ser uma ferramenta poderosa porque alcança muitas pessoas e devido ao tempo e recursos que são dedicados ao currículo em ambientes de sala de aula. No entanto, é uma condição necessária (mas frequentemente insuficiente) para incorporar a justiça de transição nas experiências vividas pelos jovens.

- Mudanças no currículo são complexas e podem ser ineficazes ou levar a consequências negativas não intencionais, se tratadas incorretamente. Mudanças curriculares envolvem terreno contestado. A implementação é frequentemente desigual e pode dar origem a abordagens superficiais, ao ensino de uma ortodoxia simplista ou ao silenciamento de visões alternativas. Embora os estudos de caso não se concentrem no processo de criação de conteúdo e na construção de consenso em torno dele, é claro que tal processo requer integridade, liderança e construção de consenso.
- Uma mudança curricular efetiva requer que os defensores da reforma curricular se envolvam com todo o ciclo de mudança que inclui a concepção e planejamento do currículo, debates sobre conteúdo e metodologia, mudanças nos programas de formação de professores, tanto em instituições de formação de professores, quanto no treinamento-em-serviço de professores, o fornecimento de materiais educacionais de alta qualidade para professores e alunos, e alterações nas avaliações de sala de aula e nos exames importantes.
- Trabalhar com professores é particularmente importante. Esforços sustentados precisam ser feitos para construir sua confiança no novo material, considerar maneiras de lidar com possíveis desentendimentos entre os alunos, gerenciar o impacto emocional do processo sobre eles próprios e também sobre seus alunos, e aprender a se conectar com instituições externas, como museus. Sem a cooperação ativa e sustentada dos professores e o fornecimento de materiais educacionais apropriados, os esforços de reforma curricular provavelmente fracassarão.
- No contexto da justiça transicional, é fundamental ensinar perspectivas múltiplas e encorajar visões analíticas e empatia histórica nos alunos. Os alunos precisam ser ensinados a analisar eventos ou problemas de várias perspectivas ou pontos de vista diferentes. Também é importante que os alunos desenvolvam a habilidade de empatia histórica, para que possam perceber que todos os afetados pelo conflito têm em comum o sofrimento, geralmente relacionado à fome, ao medo e à perda.

Uma amostra dos relatórios de países que incluem mudanças no currículo escolar formal que acomodaram uma agenda de justiça transicional - com vários graus de sucesso - são os da Argentina, Guatemala, África do Sul e Timor-Leste.

### Recomendação 3

**BUSCAR MUDANÇAS CURRICULARES FORMAIS SEMPRE QUE POSSÍVEL, MAS LEVAR EM CONSIDERAÇÃO A REALIDADE DAS CONDIÇÕES LOCAIS E AS REFORMAS DE DESIGN CURRICULAR DE ACORDO COM O CONTEXTO**

O estado é, por definição, um ator-chave na reforma educacional em geral, e na reforma curricular em particular. Outros atores importantes incluem sindicatos de professores ou organizações profissionais, acadêmicos e ativistas que trabalham em projetos culturais, museológicos ou de memória. O contexto político, e se há ou não um entendimento

público compartilhado da natureza dos eventos históricos, determinará muito do que é possível. Dependendo do contexto, a reforma curricular pode seguir caminhos diferentes, como:

1. **Abordagem do big bang.** Em contextos onde todos os ingredientes-chave estão presentes, ou seja, forte apoio político bipartidário para a reforma curricular, sentimento público durável, capacidade profissional para garantir a implementação e monitoramento eficazes, ampla capacidade dentro do ministério e das escolas, e o apoio fiscal sustentado, a justiça transicional os defensores poderiam construir coalizões de orientação para implementar uma reforma curricular em larga escala para promover a justiça transicional.
2. **Incrementalismo.** Para os contextos que podem não ter todos os ingredientes-chave para uma reforma em grande escala, o foco deve ser no desenvolvimento, expansão e sustentação de redes, construção de capacidade do sistema e trabalho em estreita colaboração com os processos internos de reforma curricular do governo na mudança incremental ao assunto oficial – curricular ou programas de estudos – na formação de professores e na produção e divulgação de materiais educativos. A chave aqui é o reconhecimento de uma abordagem em fases, com a suposição de que o sistema estaria "pronto" para uma mudança dramática caso as circunstâncias externas mudassem.
3. **Trabalhando pelas beiradas.** Em contextos onde há muito pouco apetite por reforma curricular para a justiça transicional, os defensores precisam avaliar cuidadosamente os riscos e desafios. Adaptar uma abordagem de “trabalhar pelas beiradas” pode significar focar mais em inovações co-curriculares ou extracurriculares (veja abaixo) ou vincular-se a outros movimentos de reforma curricular que podem não necessariamente ter objetivos idênticos, mas que podem estar abertos ao diálogo. Pode envolver a colaboração com profissionais educacionais com ideias semelhantes para encontrar um terreno comum.

Independentemente dos tipos de jornada de mudança e dos caminhos para alcançar mudanças profundas e sustentáveis, os reformadores de currículo precisam prestar muita atenção a todo o ciclo de mudança curricular, incluindo monitorar e avaliar o impacto que as atividades de reforma estão tendo sobre a compreensão dos alunos sobre a verdade e a justiça e reconciliação.

#### Recomendação 4

**ONDE OCORRER MUDANÇA CURRICULAR FORMAL, COMPLEMENTAR O TRABALHO EM SALA DE AULA COM ATIVIDADES CO-EXTRA-CURRICULARES DENTRO E FORA DO AMBIENTE ESCOLAR**

Tanto as abordagens formais como as não formais são valiosas para ajudar os jovens a compreender e lidar com histórias traumáticas. A reforma curricular é crucial para o desenvolvimento de um programa sustentado, mas deve ser complementada por atividades co-curriculares. Idealmente, elas devem fazer parte de uma visão integrada, de modo que as oportunidades de aprendizagem fora da sala de aula sejam usadas para complementar a aprendizagem formal. Vimos que os resultados foram mais poderosos em contextos onde as ligações foram construídas entre o currículo formal e abordagens co-curriculares, como:

- Testemunhos em primeira mão de sobreviventes e pessoas afetadas, por ex., o estudo de caso do País Basco e da África do Sul - Human Rights Media Center
- Redes de professores para treinamento e troca de recursos e abordagens para não recorrência, reconciliação e lidar com o passado, por ex., o trabalho do Memorial da Resistência de São Paulo do Brasil com professores, e programas de treinamento de professores liderados pela sociedade civil na Sérvia e no Chile
- Atividades para toda a escola construídas em torno de feriados nacionais comemorativos, por ex. a escola peruana José Antonio Encinas e as comemorações do 28 de agosto
- Projetos de artes escolares que se envolvem com o passado, por ex. programas da Fundação para a Cultura e Saúde Indígena do Quênia (Trust for Indigenous Culture and Health - TICAH) em assentamentos informais, Memorialab do País Basco integrando narrativa com mapeamento corporal
- Visitas a museus devidamente equipados e locais de consciência, por ex. Museu da Guerra da Libertação de Bangladesh e Museu do Genocídio Tuol Sleng do Camboja
- Peregrinações a locais de memória, por ex., rotas de memória no Peru e Chile
- Atividades de debate e competições escolares, por ex. as competições organizadas pelo Centro Nacional Chegal sobre o conhecimento do relatório da comissão da verdade em Timor-Leste
- Uso criativo de plataformas digitais / novas mídias, por ex. uso de plataformas digitais pelo Chile, especialmente durante a COVID
- Jogos didáticos gerenciados como parte da atividade escolar
- Atos de memória administrados pela comunidade escolar, por ex. o modelo de aprendizagem baseado na escola, da Colômbia
- Atividades de colega a colega (orientadas por outros alunos), por ex. estudantes entrevistando vítimas de violência política no Peru e no Centro Nacional Chega de Timor-Leste!
- Integrar temas decorrentes da história nacional nas ofertas culturais da escola, por ex. iniciativas DC-Cam do Camboja
- Instalações e exposições públicas de arte, poesia, produções teatrais e outras performances ao vivo, dança, várias formas de expressão musical, por ex. "sala de aula ao ar livre" no Monumento da Memória e Verdade de El Salvador, Festival anual de Direitos Humanos da Constitution Hill da África do Sul, campanhas de conscientização da Costa do Marfim por meio de esportes e festivais
- Produção de filmes – documentário e ficção histórica, exhibições de cinema, por ex. projeto de vídeos curtos do Comitê Helsinque para os Direitos Humanos da Sérvia
- Palestras públicas e espaços de diálogo, como os Sábados da Resistência no Memorial da Resistência de São Paulo no Brasil
- Rituais e festivais, incluindo práticas de memória coletiva centradas em comer juntos e socializar, por ex. o Afaloste do País Basco e o Projeto de Memória e Comida do Distrito 6 da África do Sul

## Recomendação 5

### ONDE A MUDANÇA CURRICULAR FORMAL NÃO FOR POSSÍVEL OU FOR INEFICAZ, BUSCAR INICIATIVAS FORA DO SISTEMA ESCOLAR E USÁ-LAS PARA CONSTRUIR UMA MUDANÇA MAIS ABRANGENTE

Embora valha a pena buscar a mudança curricular formal no espaço de justiça transicional e construção da paz, pode haver muitos contextos em que tal mudança seja política ou administrativamente impossível ou ineficaz. Nesse caso, as atividades extracurriculares (conforme listadas acima) são ainda mais importantes e podem ser oferecidas por uma variedade de atores fora do Estado ou em instituições culturais apoiadas pelo Estado.

Idealmente, devem ser administrados por instituições como museus, locais de memória e ONGs que tenham a longevidade necessária e possam operar em grande escala. Onde isso não for possível, as iniciativas de base ainda podem ser poderosas, especialmente se receberem algum incentivo e apoio externo. Sem esse apoio, as iniciativas de base podem ter vida curta, já que os ativistas comunitários ou ‘campeões’ são levados ao esgotamento ou são incapazes de alcançar um público mais amplo.

Posto isto, também é importante notar que ainda quando os projetos de justiça de transição e memória não têm um amplo alcance, eles ainda podem exercer influência colaborando com os esforços para consolidar a democracia e a construção da paz. Em virtude de seus papéis como guardiães da memória coletiva da violência política, eles podem ter uma influência significativa além do número de visitantes que atraem. Da mesma forma, mesmo que o impacto de tais projetos nos programas educacionais do estado possa ser limitado, eles muitas vezes são capazes de manter vivas as memórias de atrocidades, ao mesmo tempo que inspiram os jovens a aspirar pela construção da paz e por um futuro democrático.

Em um ambiente onde a mudança curricular ainda não ocorreu, isso muito dependerá da relação entre ativistas, instituições culturais e o estado. Os estudos de caso incluem exemplos em que o estado é antagônico à agenda da justiça de transição ou segue uma agenda nacionalista restrita ou excludente. Em tais ambientes, os projetos de transição e de memória podem ter que operar em um modo de oposição ou nas margens. Existem outros exemplos em que um relacionamento com o estado é mais produtivo e onde os projetos de justiça transicional podem complementar os esforços do estado ou entrar na brecha deixada por ambientes de Estado fracos.

Deve-se prestar muita atenção, entretanto, à natureza do relacionamento. Embora agências e departamentos estatais possam oferecer as vantagens de recursos ou legitimidade social, também há casos em que os projetos podem ser arrastados para processos ineficientes e ineficazes que drenam seus recursos, ou mesmo para ambientes corruptos. Também pode haver compensações difíceis entre autonomia, vitalidade e ‘autenticidade de base’, por um lado, e ‘diluição’ ou, ainda mais problemática, a cooptação nas agendas etno-nacionalistas e projetos ideológicos de governos, por outro.

Quando as instituições são criadas para trabalhar na justiça transicional e na construção da paz, há sempre o risco de mudanças na política como resultado de uma mudança no governo. A chave é estabelecer mecanismos pelos quais a autonomia das instituições do Estado que lidam com a memória seja garantida, e, ao mesmo tempo, preservando sua estabilidade financeira.



## Recomendação 6

### NUTRIR MUSEUS E LOCAIS DE CONSCIÊNCIA E INCENTIVÁ-LOS A DESEMPENHAR UM PAPEL ATIVO NO CENÁRIO EDUCACIONAL

Vários estudos de caso mostram que museus e locais de consciência em geral – sejam instituições estatais, privadas ou sem fins lucrativos – desempenham um papel fundamental na liderança e implementação de uma agenda de educação para a paz e justiça transicional. Quando um museu está localizado em um local de significado histórico, ele pode desempenhar um papel particularmente poderoso, não apenas em programas educacionais, mas também na memorialização, arquivamento de material histórico e diálogo entre gerações. Os museus também podem ser locais importantes para programas públicos e encontros entre jovens e sobreviventes de conflitos.

Museus e locais históricos são recursos preciosos. No entanto, administrar e sustentar museus e locais de consciência requer uma gestão contínua e cuidadosa, recursos apropriados e governança e liderança adequadas. Existem exemplos de museus e locais com poucos recursos ou locais que se tornaram moribundos, burocráticos e mais comprometidos com os interesses de seus funcionários do que com seu mandato. Outros sofrem os efeitos da dominação por fundadores ou outros indivíduos ou tornam-se dilacerados por conflitos internos. Como todas as instituições culturais, a chave para o sucesso está na liderança comprometida e humilde, na boa governança e na obtenção de recursos adequados. Idealmente, os museus e locais devem ser capazes de cobrir uma parte de seus custos com visitantes ou de fontes independentes.

Os museus e locais de consciência também precisam estar muito cientes do impacto político e psicológico de seu trabalho sobre os visitantes. Eles devem prestar muita atenção à experiência dos visitantes, especialmente jovens ou comunidades e indivíduos que possam ter sido afetados pelo conflito. O que fica claro a partir dos estudos de caso é que encontros com testemunhos em primeira mão de violência política nos espaços físicos reais de locais de memória podem ser muito poderosos emocional e psicologicamente. De uma perspectiva psicológica e pedagógica, será muito importante dialogar os participantes e fornecer-lhes uma compreensão das conexões entre esses encontros potencialmente traumáticos com histórias de violência e os objetivos de justiça transicional e construção da paz.

Não se pode presumir que a exposição às ‘memórias cruas’ da violência política produzirá respostas convergentes às da justiça transicional. Por exemplo, pode gerar sentimentos de raiva, ressentimento, sentimento etno-nacionalista e um desejo de retribuição em vez de reconciliação e construção da paz.

“Lidar com o trauma coletivo, intergeracional, individual e familiar é fundamental para interromper o ciclo de violência, promovendo espaços seguros na escola e na comunidade e garantindo que os alunos possam prosperar.” **(Estudo de caso CSV)**

## Recomendação 7

### PLANEJAR AS TRANSIÇÕES DE ATIVISTAS DA JUSTIÇA TRANSICIONAL NA PRIMEIRA GERAÇÃO PARA A LIDERANÇA PROFISSIONAL DE SEGUNDA GERAÇÃO

Embora os relatórios do estudo de caso revelem que as experiências em primeira mão de violência política por ativistas da justiça de transição têm o potencial de animar e vitalizar essas iniciativas pedagógicas de maneiras poderosas, existe o perigo de que esse aspecto afetivo possa ser dissipado por uma liderança profissional de segunda geração que não tem necessariamente essa conexão estreita com os eventos históricos em questão.

Existem várias opções possíveis para resolver isso. Por exemplo, testemunhos pessoais digitalizados, podcasts e documentários de filmes podem ser usados para transmitir uma conexão pessoal mais próxima com esse passado. Visitar os locais reais da memória, encontros intergeracionais para discutir os significados do passado para o presente, bem como caminhadas ritualizadas de lembrança, também podem ajudar a 'dar vida' ao passado, proporcionando assim encontros pessoais carregados de afetividade que garantem que a memória pessoal não deslize se automaticamente para se tornar a 'mera História', ou seja, uma sequência de fatos áridos e narrativas impessoais sobre o passado.

## Recomendação 8

### PROMOVER A COOPERAÇÃO ENTRE PAÍSES, AS REDES REGIONAIS, E APROVEITAR OS RECURSOS DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Muitos dos estudos de caso demonstram que museus e locais de interesse em países em desenvolvimento são difíceis de manter e muitas vezes requerem apoio material ou moral. Também está claro que muitas instituições poderiam aumentar seu impacto se tivessem formas adicionais ou mais estáveis de financiamento e pudessem atingir públicos mais amplos. Muitas das instituições cobertas nos estudos de caso valorizariam a oportunidade de aproveitar as experiências de instituições semelhantes em outros contextos e de interagir com pares que trabalham em ambientes semelhantes.

Isso destaca a importância do trabalho que está sendo feito pela Iniciativa Global pela Justiça, Verdade e Reconciliação, bem como o trabalho mais amplo da Coalizão Internacional por Locais de Consciência. Há uma grande necessidade de estimular e conectar o trabalho que está sendo feito em diferentes contextos e de estimular e expandir os esforços daqueles que trabalham em campo.



Também pode ser útil tentar mobilizar o apoio e os recursos de outras agências, como a UNESCO e a UNICEF, que podem ser capazes de complementar a sociedade civil e o trabalho iniciado.

Finalmente, seria útil aprofundar e estender o trabalho que emergiu deste projeto, incluindo estudos de caso adicionais (Ruanda, Alemanha, Irlanda, para citar apenas alguns exemplos) e aprofundar os relatórios dos países examinando mais de perto as experiências específicas que tenham sido cobertas apenas parcialmente, neste projeto.

## REFERÊNCIAS

- Chisholm, L., & Leyendecker, R. (2008). Curriculum reform in post-1990s Sub-Saharan Africa. *International Journal of Educational Development*, 28(2), 195-205.
- Cunningham, Roger (2018). UNICEF Think Piece Series: Curriculum Reform. Oficina Regional para África Oriental y Meridional de UNICEF, Nairobi.
- Jansen, J. D. (2002). Political symbolism as policy craft: Explaining non-reform in South African education after apartheid. *Journal of Education Policy*, 17(2), 199-215.
- Leyendecker, R. W., Ottevanger, W., & van den Akker, J. (2008) *Curricula, examinations, and assessment in secondary education in Sub-Saharan Africa*. El Banco Mundial.
- Paulson, J. (2017). From truth to textbook: The Peruvian Truth and Reconciliation Commission, educational resources and the challenges of teaching about recent conflict. En M. J. Bellino, & J. H. Williams (Eds.), (Re) constructing memory: education, identity, and conflict (pp. 291-311). Sense Publishers.
- UNESCO (sin fecha) <http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/quality-framework/technical-notes/different-meaning-of-curriculum/> el 29 de julio del 2018.



**GIJTR**

Global Initiative for Justice  
Truth & Reconciliation